



## ATUAÇÃO DO FÍSICO CATALÃO ARNALDO DE VILANOVA EM QUESTÕES DIPLOMÁTICAS DO REINO DE ARAGÃO (SÉCULOS XIII E XIV)

### THE ROLE OF THE CATALAN PHYSICIST ARNALDO DE VILANOVA IN DIPLOMATIC QUESTIONS OF THE KINGDOM OF ARAGON (13TH AND 14TH CENTURIES)

Maria Dailza da Conceição Fagundes\*  
Universidade Estadual de Goiás – UEG

<https://orcid.org/0000-0001-9974-041X>  
[maria.fagundes@ueg.br](mailto:maria.fagundes@ueg.br)

**RESUMO:** Este artigo propõe abordar questões relacionadas ao campo da diplomacia no reinado de Jaime II de Aragão (1291-1327). No contexto, marcado por conflitos e acordos políticos, o foco da análise centra-se na atuação de físicos como Arnaldo de Vilanova (1240-1311) enquanto embaixador aragonês. Assim, o objetivo principal é analisar o papel do físico catalão como agente diplomático aragonês em dois momentos: na corte francesa, em 1300, no reinado de Felipe IV, o Belo; e na Cúria Pontifícia, em 1309, durante o pontificado do papa Clemente V.

**PALAVRAS-CHAVE:** Diplomacia; Aragão; Jaime II; Arnaldo de Vilanova

**ABSTRACT:** This article proposes to address questions related to the field of diplomacy in the reign of Jaime II of Aragon (1291-1327). In the context under study, marked by conflicts and political agreements, the focus of the analysis centers on the role performance of physicists such as Arnaldo de Vilanova (1240-1311) as the Aragonese ambassador. On this perspective, the main objective of this work is to analyze the role of the Catalan physicist as an Aragonese diplomatic agent at two moments: at the French court, in 1300, during the reign of Philip IV the Fair; and at the Papal Curia, in 1309, during the pontificate of Clement V.

**KEYWORDS:** Diplomacy; Aragon; Jaime II; Arnaldo de Vilanova

---

\* Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora de História Medieval na Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina, docente e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG). É pesquisadora sobre temáticas na área de História medieval com ênfase em História da medicina, Universidades, Saúde e doenças, alimentação e História das mulheres. O campo de atuação abrange também o estudo acerca de Educação patrimonial e patrimônio cultural da saúde.

## INTRODUÇÃO

Esse artigo<sup>1</sup> se insere nas discussões acerca de questões relacionadas à diplomacia monárquica aragonesa no reinado de Jaime II (1291-1327) que organizou uma rede diplomática caracterizada pelo envio de delegações e embaixadores à várias cortes. Nesta perspectiva, o estudo centra-se na análise das práticas diplomáticas e as trocas culturais ligadas a elas em Aragão durante o reinado de Jaime II e as relações com a corte francesa e a Cúria Pontifícia tendo como eixo temático de investigação o papel de um dos agentes diplomáticos aragônês: o físico catalão Arnaldo de Vilanova (1240-1311).

O monarca Jaime II nasceu em 1267, em Valência, e em 1291, com o falecimento do seu irmão, o rei Afonso, o Liberal (1285-1291), assumiu a Coroa de Aragão e governou até 1327. Nos trinta e seis anos de seu reinado, Jaime II, o Justo, se destacou pela política de expansão territorial com a conquista de Murcia e Sardenha e pelo fim do conflito com o papado e com o reino francês devido à incorporação da Sicília pela Coroa Aragonesa durante o governo de Pedro III, o Grande (1276-1285), pai de Jaime II.

Além disso, preocupado com assuntos ligados à Medicina, Jaime II assumiu um importante papel para a fundação da Universidade de Lérida, em 1300, em território aragônês. Ademais, assim como outros reis de sua época, optou pelo saber acadêmico ao contratar físicos procedentes, sobretudo, da Faculdade de Medicina de Montpellier para cuidarem de sua saúde e de sua família. Do mesmo modo, além de nobres e clérigos, era a esses profissionais, muitos com formação em Medicina que também recorria quando necessitava de embaixadores.

A formação acadêmica dos físicos iniciava-se com a Faculdade de Artes que continha as disciplinas preparatórias para o ensino superior e era um requisito básico para todos aqueles que pretendiam cursar Direito, Medicina ou Teologia. O programa de estudo dessa faculdade baseava-se nas artes liberais<sup>2</sup> distribuídas nas disciplinas do *trivium* (Gramática, Retórica e Dialética) e do *quadrivium* (Aritmética, Música, Astronomia e Geometria). Assim, ao contrário de outros profissionais do campo médico sem formação

---

<sup>1</sup> Este texto é parte dos resultados obtidos com o projeto de pesquisa que venho desenvolvendo na Universidade Estadual de Goiás intitulado “História, memória e estudos autobiográficos”.

<sup>2</sup> As artes liberais constituem-se na base de ensino da cultura medieval. Sua definição sistemática remonta-se a Marciano Capella (séc. IV-V), enquanto a distinção entre o *Trivium* e o *Quadrivium* foi introduzida por Severiano Boécio (séc. V-VI) e Isidoro de Sevilha (séc. VI-VII). Com a formação das universidades, as sete artes liberais passaram a ser matéria de ensino básico para cursar uma das faculdades superiores.

em um *Studium Generale*<sup>3</sup>, os físicos a partir da retórica e da dialética, por exemplo, tinham domínio nas artes da oratória com linguagem eloquente e de argumentação, além dos saberes ligados à escolástica<sup>4</sup>, caracterizada pelo ensino oral e uso exclusivo do latim. Esses saberes, eram, portanto, alguns dos requisitos necessários para uma atuação no campo diplomático. Além disso, o físico enquanto homem de saber, na concepção de Jacques Verger (1999) ou intelectual, segundo Jacques Le Goff (2003), era detentor de valores culturais que lhe permitia o exercício de profissões, a participação no poder e, até mesmo, uma atividade erudita.

A competência intelectual adquirida pelo conhecimento teórico propiciado pelo ensino universitário aos formados na *scientia* médica e pela experiência (*practica medica*) no exercício da Medicina propiciava aos físicos os saberes para atuarem nos cuidados com a saúde e em outros campos. Em relação a Arnaldo de Vilanova, a formação adquirida nos mais de dez anos de estudo<sup>5</sup>, somada com o ofício de mestre na faculdade de Medicina de Montpellier e sua circulação pelas cortes régias e também na Cúria Pontifícia, tornou-o capaz de exercer também ofícios considerados politicamente úteis como a atuação no campo diplomático representando o rei Jaime II.

Em relação às tipologias de documentos da diplomacia monárquica medieval, destacam-se as credenciais, as procurações, as instruções, as entregas de documentação, os salvo-condutos, a correspondência, os acordos diplomáticos, os relatórios, os juramentos, os contratos de casamento, as entregas de reféns etc. Alguns eram emitidos pelas chancelarias de cada reino no momento de preparação da embaixada visando fornecer aos embaixadores os instrumentos necessários para conduzir a missão, por exemplo, os salvo-condutos. Outros documentos eram elaborados durante a própria negociação e, finalmente, os que eram concedidos após o acordo diplomático. Durante as negociações, os agentes da diplomacia dos diferentes reis podiam manter comunicação mediante correspondência, considerada “a espinha dorsal da diplomacia medieval tardia ou a verdadeira infraestrutura da diplomacia medieval.” (MONTES, 2019, p. 17)

<sup>3</sup> No campo médico, além dos físicos com formação universitária, destacam-se os práticos que exerciam ofícios como boticários, parteiras, menescais, barbeiros etc.

<sup>4</sup> O método escolástico, na faculdade de Medicina, era pautado nos saberes das *autoritates* antigas e árabes. Além disso, no ensino o método envolvia quatro momentos: primeiro, a *lectio* (a leitura de um texto); depois, a *quaestio* (a colocação de um problema); em terceiro, a *disputatio* (a discussão e o debate em torno da questão), que constitui o ponto alto de todo o método; por último, a *determinatio* (a solução do problema com a intervenção intelectual do mestre).

<sup>5</sup> A Faculdade de Artes, considerada ensino básico nas universidades, durava cerca de seis anos. A Faculdade de Medicina, após adquirir o mestrado em Artes, também tinha duração de seis anos.

No caso de Aragão, a correspondência oficial da Coroa que integra a *Cancellaria real* é uma importante fonte para o estudo da diplomacia monárquica aragonesa. As cartas<sup>6</sup> encontram-se no Arquivo da Coroa de Aragão, em Barcelona, criado em 1318, durante o reinado de Jaime II que ordenou a cópia de todos os documentos em séries temáticas de registros. Além dos documentos administrativos, o conjunto reúne contas dos tesoureiros, processos, relações de embaixadores, contratos de casamentos de suas filhas e cartas familiares recebidas. O Arquivo foi instalado no Palácio Real de Barcelona, como nos é informado pelo tesoureiro do monarca, Pere de Boyl, em missiva de 7 de maio de 1319: “julho do ano de 1318, o senhor rei [Jaime II], estando em Barcelona, ordenou a construção de um espaço no local onde costumava estar a capela do palácio de Barcelona, para manter os registros, privilégios e outros escritos de chancelaria e outros assuntos de sua corte.” (CORRESPONDÊNCIA OFICIAL DA COROA DE ARAGÃO, 07/05/1319)

Assim, para o estudo sobre a diplomacia no reinado de Jaime II, em Aragão, utilizamos como *corpus* documental a correspondência oficial da Coroa aragonesa, especificamente as cartas redigidas no período de 1295 a 1310. Essas missivas, compostas em latim, idioma utilizado na correspondência oficial da Coroa, apresentam uma estrutura uniforme: título; saudação; exposição do assunto; disposição e data. São cartas do monarca com conteúdo relacionado ao envio da delegação aragonesa a Anagni em 1295. Outras missivas analisadas são relacionadas a Arnaldo de Vilanova em sua atuação na corte francesa e na Cúria Pontifícia enquanto agente diplomático da Coroa aragonesa. Além dessas fontes, recorreremos também a duas obras cronísticas: a *Crônica*, de autoria do nobre e cronista catalão Ramón Mutaner (1265-1336) e *Anales del reyno de Aragón*, de Jerónimo Zurita (1512-1580), historiador e cronista do reino de Aragão.

Esse artigo, estruturado em duas partes, aborda inicialmente a diplomacia em Aragão durante o reinado de Jaime II com ênfase à embaixada para Anagni. Por fim, na segunda parte, as discussões abordam as atividades de Arnaldo de Vilanova que atendendo aos pedidos do rei atuou como agente da diplomacia régia em questões conflituosas com o reino francês e também em busca de apoio da Cúria Pontifícia no projeto de Cruzada de Jaime II contra o Reino Nazari de Granada.

---

<sup>6</sup> No Arquivo, encontram-se as cartas reais de Jaime II (nº 201 – 2600).

## A DIPLOMACIA NO REINADO DE JAIME II DE ARAGÃO

O termo diplomacia que normalmente relaciona-se às ações de um embaixador que atua na representação de um governante, ao ser aplicado no contexto medieval, configura-se como ad hoc, pois no período essa prática não era concebida como um ofício e o embaixador exercia um papel temporário e circunstancial. Assim, diferentemente de outras atividades ligadas à administração régia, participar de embaixadas não era considerado uma profissão, apesar da importância concebida a essa função (BABO MARINHO, 2020; LIMA, 2016).

Compreende-se assim, que a atuação no campo diplomático representando um monarca envolvia membros da nobreza e sujeitos que exerciam outros ofícios como nobres, clérigos, mercadores, oficiais do rei, profissionais do campo médico etc. A esse respeito, por exemplo, o físico Arnaldo de Vilanova, quando convocado pelo rei Jaime II, abandonava o seu trabalho como mestre de Medicina em Montpellier para deslocar-se para a corte francesa ou para a Cúria Pontifícia e o representar em várias demandas.

Nesse sentido, a expressão diplomacia refere-se a uma forma de negociação entre poderes que no Medievo, abarcava relações com diferentes grupos urbanos, eclesiásticos, régios. Era uma atividade de prestígio, o que explica os agentes da diplomacia serem sempre escolhidos entre as pessoas consideradas mais competentes no reino para cumprir a missão. Nas cortes régias, ter formação acadêmica tornou-se um requisito cada vez mais necessário para a atuação no campo da diplomacia. Por isso, cada vez mais os agentes diplomáticos eram graduados universitários, bacharéis, doutores e mestres, formados em centros de saberes como Montpellier, Paris, Bolonha, dentre vários outros *Studium*. Esses profissionais tornaram-se progressivamente mais importantes entre os servidores reais nos diversos campos de atuação e também como embaixadores. A construção do aparato monárquico resultou na necessidade de pessoas capacitadas para atuarem nos diversos ofícios ligados à administração e ao exercício do poder público. Por exemplo, os juristas com formação em Direito aumentaram sua presença no ambiente das cortes régias (VILLARROEL GONZÁLEZ, 2018).

Assim, no reino de Aragão, por exemplo, eram considerados mais capacitados, nobres e clérigos com experiência em negociações e os profissionais que tinham formação universitária num dos centros de saberes como a Universidade de Montpellier. Afinal, deveriam exercer o papel de representantes do rei e, conseqüentemente, do reino. Esperava-se dos embaixadores um conjunto de elementos imprescindíveis para o exercício desse ofício, mesmo sendo temporário: “i) ser socialmente destacado; ii) conhecer regras de

etiqueta e de precedência; iii) ter qualificações acadêmicas (sobretudo Direito) ou culturais relevantes; iv) ser inteligente, hábil e paciente; e v) ser um notável orador.” (BABO MARINHO, 2020, p.8)

A respeito da formação das equipes diplomáticas, César Serrano (1995) afirma que normalmente era comum as embaixadas serem compostas por um nobre, um clérigo e um letrado, configuração que garantia o domínio do latim e de outras línguas, eloquência e conhecimento de direito. O nobre, além de integrar o círculo de nobres em torno do monarca que o assessorava em questões políticas, tinha conhecimento acerca de assuntos bélicos, tais como: paz, tréguas, entrega de reféns, restituição de fortalezas e prisioneiros. Os letrados e clérigos, por sua vez, além de terem o conhecimento do latim, língua oficial da diplomacia entre as cortes no Medievo, formavam o setor da embaixada com domínio sobre o direito civil, canônico e a Teologia. A esses grupos, eram agregados os “ofícios de pluma, secretários, escribas e notários, já que quem exerce esses cargos devia conhecer, a leitura, a escrita e a caligrafia, rudimentos jurídicos [...] e noções de direito.” (BECEIRO PITA, 2009)

Desta forma, as embaixadas em sua composição contavam com um notário, responsável pela escrita e registro dos documentos, articulando legalmente todos os atos de negociação. Além disso, a ele cabia o papel de redigir o acordo diplomático alcançado. O documento era escrito pelo notário da missão representativa do monarca anfitrião, em seu idioma, e pelo notário da delegação visitante, em sua própria língua. Esse acordo entre as duas representações só adquiria o *status* de Tratado quando os dois reis concedessem sua ratificação e o documento fosse entregue ao outro governante. (MONTES, 2019)

Em relação aos agentes da diplomacia em Aragão, observa-se que a retórica, a oratória, a arte de argumentar, o respeito, os saberes na área do direito e a experiência no campo das negociações eram requisitos exigidos dos membros das embaixadas. Os quatro principais embaixadores aragoneses, Guillem Durfort, Gilabert de Cruilles, Pere de la Costa e Guillem Galvany, pertenciam ao grupo de altos funcionários régios e participaram de várias delegações enviadas, por exemplo, à Inglaterra e à corte pontifícia. Outro nome mencionado na correspondência oficial é o cavaleiro valenciano, Vidal de Vilanova, conselheiro real e que atuava como embaixador na Cúria Pontifícia.

No reinado de Jaime II, um elemento considerado fio condutor que unia a maioria dos profissionais convocados para atuarem seja no campo jurídico ou médico na corte, mestre na Universidade de Lérida e no âmbito da diplomacia era a formação



universitária. Destarte, o rei cercou-se de equipe de agentes diplomáticos e cavaleiros a quem pode confiar a realização de sua política interna e principalmente a Mediterrânea.

Don Jaime selecionou colaboradores fiéis e sábios e dedicados à Casa de Aragão, aos Reis e seus filhos. Alguns deles foram servidores de seu pai, Pedro III, ou de seu irmão, Afonso III, enquanto outros procediam de sua etapa de governo na Ilha de Sicília. Ainda que sempre manifestou a eles seu afeto, não exitou em reprovar com dureza qualquer negligência no serviço. Estes conselheiros e homens de confiança do rei são designados como *consilarii* o *familiares*<sup>7</sup> e aparecem na Alemanha desde o século XII, penetrando logo na corte normanda da Sicília, e no século XIII, na Cúria romana, para difundir-se logo por todas as cortes do Ocidente. (MONTALVO, 2006, p.112)

A análise da correspondência oficial da Coroa de Aragão nos fornece um panorama de viagens envolvendo diferentes interesses: os reis praticavam uma monarquia itinerante e assim, percorriam o seu reino, parando por um período de tempo nas cidades mais importantes, estabelecendo relação direta com os súditos, envolvendo questões políticas e administrativas; os mercadores iam de feira em feira para vender seus produtos e, muitas vezes, levavam cartas do monarca; reis como Jaime II e seus cavaleiros viajavam também para participarem de campanhas militares; agentes diplomáticos e mensageiros deslocavam-se por várias cortes representando os interesses do monarca. Assim, determinados grupos aragoneses, independente das condições das estradas e de transporte, movimentavam-se continuamente e enfrentavam provações e dificuldades nesses deslocamentos.

No contexto em estudo, considerando o destino das viagens, para Sicília, Nápoles, reino francês, dentre outros, os deslocamentos aconteciam principalmente pelo mar Mediterrâneo. A Coroa de Aragão, nos séculos XIII e XIV, expandiu seu território para regiões da costa mediterrânea, como as ilhas Baleares, a Sardenha e a Sicília. Além disso, no contexto da Guerra de Reconquista contra os mouros, promoveu a expansão para o mundo muçulmano, com a conquista de Valência, em 1240, e Múrcia, em 1304.

Assim, havia um interesse pelo domínio sobre o Mar Mediterrâneo envolvendo interesses comerciais e também por ser o principal lugar de deslocamentos da Coroa Aragonesa. No Medievo, o Mar Mediterrâneo enquanto espaço de relações, embates e influências, exerce o papel de protagonista e articulador dos povos da África, Ásia e Europa que mantinham conexões entre si. É compreendido, portanto, como espaço geográfico de

<sup>7</sup> Na Coroa Aragonesa, o termo *familiares* era um título de distinção com a qual o monarca premiava as pessoas mais fiéis.

diferentes culturas possibilitando o estudo da História medieval pela perspectiva global de conexões entre as sociedades às suas margens. (ALMEIDA, 2019)

É difícil conhecer o cotidiano das viagens dos agentes diplomáticos aragoneses, as etapas e as dificuldades enfrentadas no desempenho de suas funções como representantes do rei de Aragão. Seus deslocamentos eram normalmente realizados por via marítima, pelo Mar Mediterrâneo, que era a forma mais rápida. Contudo, a despeito de fontes sobre as demais viagens realizadas pelo monarca ou por seus agentes diplomáticos, a análise dos itinerários na viagem da embaixada do rei Jaime II, em 1295, de Barcelona em Aragão a Anagni na Península Itálica, fornece-nos um panorama dos deslocamentos entre o reino de Aragão e a corte pontifícia. Essa viagem relaciona-se com o *Tratado de Anagni* (1295), que se constitui no conjunto de acordos entre a França, Nápoles e Roma, para solucionar o impasse atinente à Sicília.

A compreensão da atuação dessa embaixada nas negociações desse tratado requer a análise do contexto político aragonês no Mediterrâneo ocidental envolvendo o domínio sobre o reino da Sicília que em 1268, deixou de pertencer aos Hohenstaufen e com o apoio do rei francês Luis IX (1226-1270) e do papa Clemente IV (1265-1268), passou para o controle do conde de Provença, Carlos I de Anjou (1226 -1285). Pedro III, filho de Jaime I de Aragão, casado com a princesa siciliana Constanza Hohenstaufen, filha de Manfredo, regente da Sicília, ao assumir o trono em 1276, iniciou uma campanha contra os Anjou. Em 1282, com o apoio dos sicilianos incorporou a Sicília ao reino de Aragão. Em contrapartida, tal ação gerou forte oposição do papa Martinho IV (1281-1285) e do reino francês. Conseqüentemente, em 9 de novembro de 1282, o monarca Pedro III foi excomungado pelo sumo pontífice.

Após a morte do rei Pedro III, em 1285, seus territórios (Aragão, Catalunha, Valência e o reino de Maiorca) passaram ao seu primogênito, Afonso III (1285-1291), e o reino da Sicília ficou com Jaime, o seu segundo filho. Nesse contexto, as desavenças envolvendo Aragão, França e o papado e Carlos II de Anjou (1285-1309) permaneceram. Em 1291, com a morte do monarca Afonso III, Jaime II assumiu a Coroa de Aragão e intensificou os acordos para acabar com o conflito. Assim, recorrendo à diplomacia, em 1295, durante o pontificado de Bonifácio VIII (1294-1303), enviou sua embaixada para a Cúria Pontifícia, visando solucionar tais querelas. Em carta endereçada à Carlos de Anjou, escrita em latim, em 28 de fevereiro de 1295, em Barcelona, o monarca Jaime II anuncia o seu propósito de enviar embaixadores à Cúria Pontifícia em Anagni:



Ao ilustre e magnífico príncipe Carlos II, a graça de Deus ao rei de Jerusalém, Jaime, a graça de Deus etc. [...] Designamos os nossos solenes mensageiros e embaixadores, plenamente instruídos e informados de nossa intenção, que destinem à cúria romana os caminhos e meios que encontramos pelos quais, segundo cremos, pela disposição do Altíssimo, a paz possa ser feita e concluída. (CARTA RÉGIA, 28/02/1295, p. 194)

A respeito dessa embaixada, Ramón Mutaner, contemporâneo de Jaime II, em sua obra *Crónica* dedicada aos príncipes de Aragão e que sintetiza os acontecimentos do reino entre 1208 e 1328, relata informações acerca dos atores da diplomacia que atuaram na delegação representando o monarca na Cúria Pontifícia em Anagni.

Eles fizeram homenagem ao rei Carlos em nome do rei de Aragão em mãos do prior de Sant Gil estes ricos homens e cavaleiros: Ramón Roger conde de Pallás, don Berenguer de Puchvert, Jazberto vizconde de Castelnou, Jofre de Rocabertí, Ramón y Galcerán de Anglesola, don Pedro de Queralt, Arnaldo de Corzaví, don Berenguer de Cardona, Galcerán de Cartella, Lope de Gurrea, Juan Zapata justicia de Aragón, Guillén Durfort, don Berenguer de Cabrera, Galcerán de Myralles y Arnaldo de Cabrera. Além desses, ante os mesmos embaixadores, don Ramón Coll arzobispo de Tarragona e o bispo de Zaragoza e outras pessoas eclesíasticas que com o rei de Aragão estavam [...]. (CRÓNICA, Cap. CXXI, p. 201)

Dentre os vários membros mencionados na crônica, destacam-se quatro atores da diplomacia aragonesa: Guillem Durfort, Gilabert de Cruilles, Pere de la Costa e Guillem Galvany. Eles pertenciam ao grupo de altos funcionários régios e já tinham participado de outras embaixadas enviadas à Navarra, à Inglaterra, à Provença e à corte pontifícia. Portanto, tinham experiência em negociações e bom desempenho nas missões a eles delegadas. Em outra missiva, datada de 20 de março de 1295, escrita em Gerona, constam informações sobre esses agentes diplomáticos e instruções acerca de recursos para os gastos na viagem e o desempenho da embaixada:

Nós, Jaime, pela graça de Deus etc. concedemos etc., licença e poder a você nobre Gilabert de Cruilles e aos nossos amados Guillem Durfort, Pere de la Costa e Guillem Galvany, doutor em direito, nossos mensageiros e embaixadores que se dirigem a cúria romana [...] terão a quantidade de dinheiro necessária tanto para comprar cavalos para a realização do trabalho na Cúria romana e em seus outros custos e despesas. (CARTA RÉGIA, 20/03/1295, p. 198)

A análise dessa viagem dos agentes diplomáticos aragoneses permite-nos compreender como eram os deslocamentos de Aragão até a corte pontifícia. A embaixada contava, no total, com quarentas pessoas. Afora isso, cada um dos representantes levou seus servidores pessoais. Como meio de transporte, utilizaram uma galera e uma barca

armada para a proteção, num total de 185 pessoas, incluindo 30 balesteiros para a defesa. O percurso de Barcelona até Civitavecchia, na Itália, foi realizado no período de 19 de março a 26 de abril de 1295. Navegavam pelo Mar Mediterrâneo durante o dia e dormiam à noite, em terra, em albergues nos portos: no território aragonês, em Blanes, Sant Feliu de Guíxols, Cadaqués; no reino francês, em Marselha, Ilha de Santa Margarida, em Mônaco; no território italiano, em Savona, Gênova, Portovenere, Civitavecchia. A segunda parte da viagem de Civitavecchia até Anagni foi realizada por via terrestre com a compra ou o aluguel de cavalos (CONDE Y DELGADO DE MOLINA, 2011, p. 9-37).

A crônica *Anales del reino de Aragón* de Jerónimo Zurita limita-se apenas a citar brevemente a embaixada mencionando alguns agentes da diplomacia francesa e aragonesa que se reuniram em Anagni para solucionar o conflito envolvendo o domínio sobre a Sicília:

Embaixadores dos reis da França e Aragão ao papa. Por esta causa o rei da França desde Paris, em princípio do mês de fevereiro de 1295, enviou seus embaixadores em seu nome e de Carlos, seu irmão-que se intitulava conde de Valois e Anjou- o bispo de Orlens e o abade de San Germán de Prats junto a Paris, a corte do papa para que se falassem sobre a concordia. E o rei de Aragão enviou a don Gilabert de Cruilles, Guillem Durfort, Pere de la Costa e Guillem Galvany que era grande letrado em direito civil. (ANALES DEL REYNO DE ARAGÓN, Livro V, Cap. IX, p. 221)



O *Tratado de Anagni*, relacionado à diplomacia monárquica aragonesa, pode ser concebido como resultado da arte da negociação em contexto de tensão entre paz e guerra que a Coroa Aragonesa enfrentava desde o reinado de Pedro III e a excomunhão papal em 1282. O acordo estabelecido pelo *Tratado de Anagni*, em 1295, determinava as seguintes medidas: o casamento<sup>8</sup> de Jaime II com Branca de Anjou (1283 – 1310), filha de Carlos II de Nápoles; a paz entre a França e Aragão; a doação da Sicília ao papado<sup>9</sup> e a suspensão em caráter definitivo das condenações eclesiásticas contra Aragão e seu monarca (MATILLA, 2006; MONTALVO, 2006).

Ao longo do seu reinado, Jaime II atuou em vários campos diplomáticos e teve como atores principais de suas embaixadas pessoas de sua confiança para o representarem

<sup>8</sup> Para atender essa determinação do tratado, houve o rompimento do acordo matrimonial firmado, em 1291, com a infanta Isabel, filha de Maria de Molina (1260-1321) e do rei Sancho IV (1284 - 1295) de Castela.

<sup>9</sup> Os sicilianos não aceitaram o acordo e coroaram, como rei da ilha, Frederico de Aragão (1291 – 1337), que ali vivia desde 1283, quando chegara com a família real aragonesa, sua mãe, D. Constança, e seus irmãos Jaime II e D. Violante. O impasse somente foi deslindado com a Paz de Caltabellota, em 1302, a qual estabeleceu o trono da Sicília como um ramo da monarquia aragonesa.

em diferentes situações: estabelecimento matrimonial de seus filhos; conflitos envolvendo reinos da França e Castela; apoio da Cúria Pontifícia para seu projeto de cruzada etc. O prestígio e o conhecimento adquiridos por causa da autoridade intelectual e o ofício na área da Medicina permitiram aos físicos como Arnaldo de Vilanova atuarem não somente na esfera médica, mas também na área política, exercendo atividades como agentes diplomáticos de monarcas. Desta feita, no reino de Aragão, Jaime II, após a criação da Universidade de Lérida, solicitava aos mestres como Guilherme de Béziers<sup>10</sup> o trabalho também na área diplomática, de maneira que se deslocavam a outros locais, como Montpellier, para representarem seus interesses. Béziers atuou no Reino aragonês, entre 1301 e 1305, como mestre em Medicina na Universidade de Lérida e também quando solicitado como físico e embaixador do rei. Mesmo estando ausente da Universidade de Lérida, o monarca avisou que o salário dele como mestre deveria ser pago inteiramente. Por isso, esse físico recebia o pagamento referente às atividades docentes em Lérida e, também, 1.500 soldos anuais e outros privilégios<sup>11</sup> do rei de Aragão (CARTA RÉGIA, 23/10/1306, p. 16).

Arnaldo de Vilanova foi outro físico atuante na esfera da diplomacia durante o reinado de Jaime II. Assim, o estudo sobre o seu papel enquanto embaixador, bem como a sua biografia, trajetória e missões, fornece-nos um contexto acerca do campo diplomático no reino de Aragão. Para a análise, a correspondência oficial da Coroa Aragonesa configura um campo muito frutífero. Nas cartas estudadas, o monarca solicita a Arnaldo a atuação para obter apoio financeiro e título de cruzada para a campanha militar de conquista da cidade muçulmana de Almeria.

## **A ATUAÇÃO DE ARNALDO DE VILANOVA COMO AGENTE DIPLOMÁTICO DO REINO DE ARAGÃO**

O catalão Arnaldo de Vilanova nasceu em 1240, em Valência, na época da conquista da região pelo monarca Jaime I (1208-1276) de Aragão, e faleceu em Gênova em 6 de setembro de 1311. Estudou Medicina em Montpellier e exerceu um relevante papel junto aos reis e papas, prestando-lhes serviços diplomáticos, mas, principalmente, dedicando-se à saúde de autoridades importantes em sua época, como a dos sumos

---

<sup>10</sup> Nasceu na cidade de Béziers, no reino francês, e, por volta de 1290, estudou Medicina em Montpellier.

<sup>11</sup> Além do salário pago pelos serviços e favores prestados à família real e também rendas de Bell-Lloc (próximo a Lérida), no valor de 2.000 soldos. Sempre que necessitava ausentar-se do reino de Aragão, seja por motivos particulares ou a serviço de Jaime II, ele recebia salvo-conduto e trânsito seguro para si, para a família e aos seus bens.

pontífices Bonifácio VIII (1294-1303) e Clemente V (1305-1314) e a dos monarcas de Aragão Pedro III (1276-1285), Afonso III (1285-1291) e Jaime II (1291-1327).

Entre 1281 e 1285, Arnaldo de Vilanova ocupou o cargo de físico pessoal do rei Pedro III, em Barcelona. Antes de assumir essa função, provavelmente exerceu a Medicina em Valência. Durante trinta anos, de 1281 a 1311, manteve relação pessoal e profissional com a dinastia da Coroa de Aragão (Casa de Barcelona), atendendo ao rei Pedro III, o Grande, e aos seus filhos: Alfonso III, o Liberal, Jaime II, o Justo, e Frederico III, o Simples. Além de prestar serviço médico, nos últimos vinte anos de sua vida, Arnaldo, ocupou cada vez mais o papel de embaixador e conselheiro do monarca Jaime II.

Em 1291, ano de início do reinado de Jaime II, Arnaldo de Vilanova já se encontrava em Montpellier, exercendo o ofício de mestre na Faculdade de Medicina. O exercício desse ofício, impedia-o de atender regularmente à família real como físico permanente. Contudo, sempre que solicitado, viajava para servir ao rei. Assim, Arnaldo era um dos intelectuais que mantinha relação com o monarca, exercendo duas atividades: a de físico do rei e de sua família e a de embaixador da Coroa de Aragão em missões diplomáticas fora do reino.

O estudo de suas viagens por cortes régias e pontifícias de diferentes regiões do mundo latino europeu (Península Ibérica, França e Itália), nos possibilita averiguar sua circulação, enquanto homem de saber, em diferentes missões. Primeiramente, a presença do físico catalão na corte aragonesa relacionava-se ao exercício da Medicina nos cuidados da saúde do monarca Jaime II e da família real, viajando principalmente para as cidades de Barcelona e Valência.

Outro campo de atuação arnaldiana, foco de nossa análise, foi na esfera política como conselheiro e embaixador do monarca de Aragão. Além do domínio da língua latina e do catalão, Arnaldo de Vilanova tinha conhecimento do árabe<sup>12</sup>. Foi o conhecimento acadêmico adquirido nos anos de estudo na Faculdade de Medicina, na universidade de Montpellier, um dos centros científicos mais importantes do mundo latino europeu, que forneceu a Arnaldo de Vilanova as competências necessárias para atuar em esferas que extrapolavam sua formação.

Em meados de 1260, Arnaldo de Vilanova, após cursar Artes, requisito para o ingresso num dos cursos superiores, iniciou os estudos de Medicina em Montpellier. Na faculdade de artes, os estudantes adquiriam a elegância para escrever e aprendiam também

---

<sup>12</sup> Em 1282, na corte aragonesa, traduziu do árabe para o latim, alguns textos do médico romano Galeno (Século II d. C.).

as regras e procedimentos para falar em público e saberes necessários para exercerem uma profissão, possibilitando-lhes o desembaraço social para que se tornassem também, politicamente úteis. Graças à formação universitária podiam ocupar importantes cargos na sociedade, atuando como secretários letrados, juristas, médicos, mestres, trabalhando para governantes e o alto clero (VERGER, 1999; LE GOFF, 2003). Além disso, na mesma época, ele estudou Teologia por seis meses no convento dominicano da cidade de Montpellier (fundado em 1220). Posteriormente, por volta de 1289, após atuar como físico dos reis aragoneses, Pedro III e Afonso III, iniciou o ofício de mestre na Faculdade de Medicina. Nessa perspectiva, esses saberes adquiridos tanto na formação quanto no exercício de atividades como mestre em Medicina explicam o motivo do rei Jaime II escolher o físico catalão para compor o corpo diplomático.

Assim, atuando na esfera diplomática, Arnaldo, em 1299, esteve em Paris representando Jaime II, na negociação com o rei Felipe IV, o Belo (1285-1314), em busca da resolução de alguns problemas fronteiriços. O entendimento dessa questão relaciona-se com a expansão mediterrânea da Coroa de Aragão a qual, em 1282, durante o reinado de Pedro III, o Grande, incorporou o reino da Sicília, passando a exercer o controle mercantil no mar Mediterrâneo ocidental e a promover a abertura ao comércio catalão dos mercados e das rotas do mar oriental. Essa conquista gerou a oposição do papado e da França, que defendiam o retorno do reino ao domínio do rei Carlos II de Nápoles (1285-1309). Nesse contexto, em novembro de 1283, aproveitando-se da interdição papal contra o rei Pedro III, as tropas francesas ocuparam o Vale de Arán, pertencente à Aragão (MONTALVO, 2006, p. 216 – 217). Na crônica *Anales del reyno de Aragón*, Jerónimo Zurita, narra os acontecimentos relativos à perda desse território:

Os nossos, na guerra passada, abandonaram o Vale de Arán que foi apoderado pelos franceses que tinham os castelos como guarnição; ao tentar a restituição, os embaixadores desses príncipes não aceitaram. O papa pediu ao legado para obter informações sobre como aquele vale havia sido abandonado e ocupado. E com base na informação que tinha sido ocupado após a eclosão da guerra, o papa determinou que fosse devolvido ao rei de Aragão, reservando o direito ao rei da França. (ANALES DEL REYNO DE ARAGÓN, Livro V, Cap. X, p. 225)

Recuperar essas terras passou a ser uma das preocupações de Jaime II ao assumir o trono, em 1291 que, mesmo com o *Tratado de Anagni*, o impasse em relação ao Vale de Arán permaneceu. Assim, visando obter um acordo, o monarca aragonês enviou várias embaixadas ao reino francês. É nesse contexto que, em 1299, o físico catalão se deslocou à corte francesa em busca de uma solução, no entanto, o impasse permaneceu.

Na ocasião, ao atuar como emissário de Jaime II na corte de Filipe, o Belo, além de representar os interesses do monarca de Aragão em relação ao Vale de Arán, apresentou aos teólogos da Faculdade de Paris sua obra *Tractatus de tempore advento Antichristi*, que foi considerada herética. Apesar do prestígio e da proteção como emissário de Jaime II, foi preso na noite de 18 de dezembro de 1299 por incluir suas ideias teológicas<sup>13</sup> e visões proféticas no conteúdo de uma conferência política. Foi liberado no dia seguinte graças à intervenção do rei da França, Felipe IV, o Belo, regressando a Barcelona em janeiro de 1300. Contudo, o processo contra ele permaneceu em curso. No verão desse mesmo ano, Arnaldo de Vilanova achava-se novamente em Paris, representando a coroa de Aragão, onde escreveu um opúsculo de defesa contra as acusações dos doutores parisienses. Em 12 de outubro, apresentou, no palácio episcopal, um protesto contra a condenação que sofrera anteriormente. Em 1301, durante sua estadia em Roma, o sumo pontífice Bonifácio VIII aconselhou-o a dedicar-se à Medicina e não à Teologia. No entanto, Arnaldo de Vilanova não desistiu de expor suas ideias. Em 1302, compôs o *De mysterio cymbalorum*, contendo as suas principais concepções religiosas e enviou cópia para os reis Felipe IV da França e Jaime II de Aragão. No ano seguinte, enviou o opúsculo *Philosophia catholica et divina* ao papa e publicou a obra *Apologia contra as astúcias e perversidades dos pseudoteólogos e religiosos*. Assim, a última década de sua vida foi dominada por interesses espirituais e atividades políticas. O físico catalão passou a se interessar por questões religiosas que disputavam o seu tempo que antes era dedicado a suas outras atividades como médico, mestre e embaixador de Jaime II. Nesse período, sua atuação médica e o envolvimento em questões religiosas estavam interligadas (FALBEL, 2018; PANIAGUA, 1994; ZIEGLER, 1998; GIRALT, 2003).

A respeito do Vale de Arán, outras embaixadas foram enviadas por Jaime II para a corte francesa, mas sem conseguir solução. Na crônica *Anales del Reyno de Aragón*, um das fontes que nos ocupamos nesse artigo, constam relatos sobre uma delegação enviada pelo monarca em 1303 em busca de restituição do vale:

O rei Jaime II decidiu em janeiro de 1303, enviar uma solene embaixada porque os embaixadores da França estavam em Narbona. Estando o rei

<sup>13</sup> Paralelamente à produção de obras ligadas à Escolástica médica, Arnaldo de Vilanova compôs inúmeros escritos religiosos em que prevaleciam seus pensamentos sobre o fim do mundo, a vinda do Anticristo e suas críticas aos dominicanos parisienses e catalães. Dentre seus escritos de cunho religioso e apologético, destacam-se: *De improbatione maleficiorum* (1288); *Tractatus de tempore adventus Antichristi* (1288); Comentário al livro *De semine scripturarum*, atribuído a Joaquim de Fiori (1292); *Allocutio super tetragrammaton* (1292); *Tractatus de cymbalis ecclesiae* (1301); *Philosophia catholica et divina* (1302); *Antídoto contra el veneno vertido por frei Martin de Ateca* (1305); *Tratado sobre la caridad* (1308) etc.



[Jaime II] na cidade de Tortosa em 29 do mês de janeiro do ano de nascimento do Nosso Senhor de 1303, nomeou a Don Jimeno de Luna, bispo de Zaragoza, pessoa de grande linhagem e de muita autoridade e a Bernaldo de Ribas, Sacristão de Tarragona e de Zaragoza [...] (ANALE DEL REYNO DE ARAGÓN, LIVRO V, Cap. LVIII, p. 310).

Por sua vez, acerca da negociação realizada por essa embaixada do monarca Jaime II, em 1303, Jerônimo Zurita afirma que: “Em primeiro lugar, os embaixadores do rei pediram a restituição do Vale de Arán que havia sido ocupado pelo rei da França [...]”(ANALE DEL REYNO DE ARAGÓN, LIVRO V, Cap. LVIII, p. 311). Contudo, o desfecho só ocorreu em 26 de abril de 1313, quando o rei francês devolveu a região para Aragão.

Todavia, durava a diferença entre o rei da França e o monarca de Aragão sobre a restituição do Vale de Arán que se pretendia fazer pelos franceses que ocuparam o castelo de Pinzano, que estava em poder do rei da França; e pelo acordo e tratado da paz foi determinado (ANALE DEL REYNO DE ARAGÓN, Livro V, Cap. XCVIII, p. 371-372).

Considerando o objeto de análise no presente estudo, ou seja, a atuação de Arnaldo de Vilanova como ator da diplomacia aragonesa, pela análise da documentação consta que o físico retornou a Paris, em 1300, novamente como embaixador do rei Jaime II. A viagem tinha como objetivo solucionar a crise relacionada ao infante Afonso de la Cerda, sobrinho de Felipe, o Belo, legítimo herdeiro de Castela que, desde 1277, vivia refugiado em Aragão, pois Sancho IV (1284-1295) havia usurpado o trono.

O conflito relaciona-se à disputa pelo trono de Castela entre os descendentes de Afonso X. Em 1275, com a morte de seu primogênito, Fernando de la Cerda, por direito, o trono pertencia ao seu neto (o infante de la Cerda). No entanto, seu filho Sancho reivindicou o trono, iniciando um conflito envolvendo não apenas os súditos castelhanos, mas também o reino da França, pois os netos de Afonso X eram sobrinhos de Felipe, o Belo. Numa tentativa de fuga malsucedida, os infantes ficaram presos no reino de Aragão, na época governado por Pedro III (1276-1285). Em 1296, após a morte de Sancho IV (1284-1295), Jaime II de Aragão, com a justificativa de defender os direitos dinásticos de Afonso de la Cerda, invadiu a região de Múrcia e Alicante, pertencentes a Castela. Assim, quase trinta anos depois do início do conflito, o problema não tinha sido solucionado. É nesse contexto que Arnaldo de Vilanova, em 1300, viajou para Paris exercendo o papel diplomático e representando os interesses do rei aragonês procurando resolver a crise entre os dois reinos. A paz só aconteceu em 1303, quando se celebrou um acordo matrimonial

entre a filha de Jaime II, Constança, e o filho de Maria de Molina, Juan Manuel<sup>14</sup> (MATILLA, 2006; MONTALVO, 2006).

Nos anos seguintes, o físico catalão continuou conciliando suas atividades como mestre na Universidade de Montpellier, a prática médica, as atividades como agente diplomático de Aragão e divulgando suas ideias teológicas. No verão de 1304, ele encontrava-se na corte pontifícia de Bento XI, em Perugia, na Península Itálica. Após a morte do sumo pontífice em 18 de julho, Arnaldo se envolveu em desavenças com o Camarlengo e ficou preso durante alguns dias. Acerca da sua detenção na Cúria Pontifícia, Jaime II, em 23 de agosto de 1304, na cidade de Saragoça, enviou missiva para o cardeal Matheo Rubei: “Em todos os casos, até nosso ouvido chegou que o memorável mestre Arnaldo de Vilanova de outra ocasião foi detido na Cúria Romana, mas posteriormente liberado; por conseguinte, pedimos a vós que tenhais o dito mestre Arnaldo de Vilanova recomendado em vossa graça” [...] (CARTA RÉGIA, 23/08/1304, p. 38). No mesmo dia, enviou uma carta a Arnaldo de Vilanova com notícias do envio de correspondência em sua defesa aos cardeais romanos solicitando-lhes prestar apoio e auxílio a ele:



Jaime etc. ao mestre e amigo Arnaldo de Vilanova, familiar, conselheiro e nosso estimado médico, saudação etc. De qualquer modo nós não pudemos ignorar-vos, tendo ouvido a respeito de vossa detenção na Cúria Romana; enviamos imediatamente um mensageiro idôneo para a dita Cúria por esta razão; mas na verdade, como o rumor sobre a vossa liberação nos chegou, desistimos a respeito dele; de fato, a favor de certos negócios nossos, enviamos cartas aos reverendos, padres e senhores cardiais [...] para recomendar-lhes que o tenham e a vós prestem auxílio e apoio, com o intuito de nossa honra e com intervenção de nossos pedidos (CARTA RÉGIA, 23/08/1304, p. 38).

O físico catalão realizou viagens às cidades italianas onde a cúria estava instalada representando os interesses da Coroa aragonesa. Da mesma forma que a realeza medieval, o papado foi itinerante com a mudança da residência papal. Nos últimos anos de sua vida, ele deslocou-se para a cidade francesa de Avinhão, local escolhido como sede da cúria após o cisma do Ocidente. Outro motivo relevante para esses deslocamentos era a necessidade de atendimento médico dos papas Bonifácio VIII (1294 – 1303), Bento XI (1303 - 1304) e Clemente V (1305 - 1314).

Após a morte do sumo pontífice Bento XI, em Roma, em 1304, o conclave durou 11 meses. E, em 5 de junho de 1305, foi eleito como papa, mesmo sem ter chegado ao colégio de cardeais, adotando o nome de Clemente V (1305 – 1314), o amigo de Arnaldo

<sup>14</sup> O casamento foi realizado em 1311.

de Vilanova, o arcebispo de Bordéus, Bertrand de Got. Nos três primeiros anos de seu pontificado, permaneceu na cidade de Roma, para onde Arnaldo de Vilanova dirigiu-se, em 1307, para cuidar de sua saúde. Nesse contexto, a partir de 1308, no pontificado de Clemente V, mesmo mantendo o vínculo com a universidade, o físico catalão passou a desempenhar cada vez mais o papel de agente e embaixador da Coroa aragonesa na Cúria Pontifícia.

Outra missão diplomática em que Arnaldo de Vilanova representou os interesses de Jaime II ocorreu em 1308 e em 1309, na corte pontifícia de Avinhão. A atuação do físico foi fundamental para o monarca obter apoio financeiro e o título de cruzada para a campanha militar de conquista do reino muçulmano de Granada. As relações entre o reino de Granada, governado por Muhammad III (1302-1309) e a Coroa Aragonesa durante o governo de Jaime II foram marcadas pelas alternâncias entre acordos de paz e conflitos. Em 1304, os ataques e saques dos nazari à Vila Joiosa e a Cocentaina, bem como a invasão a Alcoy e ao Jardim de Alicante, tiveram como resultado o cativo de muitos cristãos e a fuga de muitos mudéjares do sul de Valência para Granada. Assim, a cidade muçulmana de Almeria, era uma base nazari no limite fronteiro com o reino de Aragão e sua conquista representava para Jaime II o domínio sobre um importante ancoradouro e a chave do comércio de Al-Andalus com a África e o Oriente (SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 1960).

Nesse contexto e considerando os interesses religiosos e mercantis, Jaime II formou a aliança com Castela e Marrocos contra o reino de Granada, visando à expansão da Coroa Aragonesa pela costa mediterrânea da península. Conseqüentemente, nesse sentido, uma das preocupações do monarca aragonês era conseguir o apoio da Santa Sé para que essa campanha militar fosse concebida como uma cruzada. Nessa perspectiva, em setembro de 1308, antes da reunião com Fernando IV de Castela, Jaime II objetivando conseguir apoio financeiro e espiritual, enviou embaixadores à Cúria Pontifícia, em Avinhão, dentre eles, Arnaldo de Vilanova, como se nota em carta de 4 de setembro de 1308:

Por meio do senhor irmão Ramón Lugin, enviei, no dia anterior, esta nova carta com meus auspícios, o qual, para vossa majestade, viajou, o qual também me pediu anteriormente que eu fosse à cúria do sumo pontífice na companhia de certos bons homens de nossa terra, os quais, assim como a mim, ele pedira, para requerer e para suplicar ao próprio sumo pontífice que fizesse as gentes tomarem, com honra e com a boa fé cristã, a santa cruz que está sobre a terra dos sarracenos da Espanha, na terra do rei de Granada. Por causa do mau estado em que nossa terra permanece, não teve forças para atendê-los nesta questão. Por isso, vendo o senhor prefeito Ramón que não podemos sair da cidade, **vai, no**

presente tempo, a Marselha ao encontro do mestre Arnaldo de Vilanova para ir à cúria do sumo pontífice a fim de tratar e ordenar que, se puder, a cruz já mencionada seja tomada pelas gentes, e que também a vossa serenidade venha a ser o capitão, o senhor e o chefe desta questão. (CARTA RÉGIA, 04/09/1308, p. 878 – 879, Grifos nossos)

Em 1309, o físico catalão participou do Concílio em Avinhão, representando o rei e ao mesmo tempo expondo suas concepções sobre o final dos tempos. No final de agosto, Jaime II durante o sítio à cidade de Almeria, escreveu ao físico Arnaldo de Vilanova apresentando, inicialmente, uma lista de ataques e crimes realizados pelos muçulmanos do reino de Granada contra os cristãos (assassinatos, escravidão, deflorações de virgens e de outras mulheres cristãs, etc.), justificando, desse modo, sua empreitada contra os nazari. Em seguida, pediu sua intervenção junto ao papa Clemente V e aos cardeais a fim obter mais apoio financeiro ao seu projeto de cruzada.

Certamente, seria útil que vós, e também que qualquer outro, suficientemente soubera e sabeis quantos danos, prejuízos, perdas e dores a Igreja de Deus e os fiéis devotos da mesma, que amam a fé cristã, suportaram até agora com os pérfidos sarracenos em áreas da Espanha, os quais habitam o território do Rei de Granada [...] Portanto, vos pedimos e rogamos, da parte de Deus e da nossa parte para utilidade da geral Cristandade, que dizeis todas essas coisas ao senhor Sumo Pontífice e aos senhores Cardeais, [...] para que essas coisas sejam resolvidas, e especialmente que os ditos barcos no mencionado Estreito do mar continuamente possam ser mantidos para total aquisição e arranjo da empreitada, e que consiga a providência apostólica e providencie sobre as despesas, para que pela falta de pagamentos ou missões não seja abandonada tão útil e tão honrada empreitada para toda a Cristandade. [...] **se na verdade vós não estiverdes na Cúria Romana neste momento, a nós pareceria muito conveniente que, a favor de tão necessário acontecimento, que pessoalmente se dirigis para a mesma Cúria, ainda que isto acarrete maior trabalho para vós, sobre a premissa de ser dado todo auxílio e diligência efetiva; nós, de fato, acreditamos que podeis em qualquer tempo a favor de tão útil empreitada para Deus e para toda a Cristandade, mais utilmente dedicar-se.**(CARTA RÉGIA, 25/08/1309, p. 83-84, Grifos nossos)

Em 4 de setembro de 1309, durante o cerco, Jaime II escreveu novamente para o médico Arnaldo de Vilanova. Primeiramente, retoma a notícia da vitória transmitida em uma carta enviada anteriormente, atribuindo o êxito aragonês à bênção de Deus na luta contra os infieis. A menção dessa conquista servia como reforço ao seu projeto de cruzada, demonstrando a possibilidade de vencer os muçulmanos.

Saudação ao venerável e prudente mestre varão Arnaldo de Villanova, querido conselheiro e nosso amigo. Já há pouco, por meio de outra

epístola nossa, escrevemos a vós, notificando-vos sobre a nossa vitória, que, pelo poder de Deus, obtivemos sobre os pérfidos sarracenos, para também requerer e rogar a vós que, da parte de Deus e da nossa, para proveito de toda cristandade [...] declaramos a vós, presentes, pois pelas primícias e pelos outros negócios a serem tratados enviamos, no momento presente, à presença do senhor Papa, o supracitado irmão Pedro, varão religioso, da ordem dos pregadores de São Marsílio e Fortúnio, soldado de São Martinho, informados sobre a intenção de nossa plenária. E, como ele decidisse ordinariamente que vós, por esta razão, chegásseis pessoalmente à presença do senhor papa, enquanto naquele lugar os nossos núncios supracitados estiverem, o mesmo, outra vez, da parte de Deus e da nossa parte, para proveito de toda a cristandade, pedimos e rogamos a vossa providência, que, se já não estais na Cúria Papal, sejais vistos logo nela, embora o excessivo trabalho tome conta de vós, aproximai-vos pessoalmente. (CARTA RÉGIA, 04/09/1309, p. 884)

Em relação ao cerco a Almeria, apesar de inicialmente as vitórias caberem à Coroa Aragonesa, em outubro de 1309, a situação já não era mais favorável devido aos ataques do rei de Granada, o qual reuniu 15.000 homens para enfrentar as forças do monarca aragonês. No início de janeiro de 1310, parte das tropas aragonesas já tinha retornado a Aragão. E Jaime II, após consultar seu conselho, decidiu, em 26 de janeiro de 1310, levantar o cerco e retornar à Valência, desistindo da empreitada (VALLVÉ, 1990).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, o monarca Jaime II se cercou de agentes diplomáticos a quem confiava as missões importantes no reino visando à solução de conflitos com reinos vizinhos e a Cúria Pontifícia, acordos matrimoniais, apoios na organização de campanhas militares etc. Dentre esses atores da diplomacia aragonesa, destaca-se o físico Arnaldo de Vilanova que como homem de saber ocupou cargos importantes ligados a grandes autoridades de sua época. Primeiramente, a sua formação médica, graças ao estudo na Faculdade de Medicina, em Montpellier, permitiu-lhe deter o conhecimento e, conseqüentemente, o reconhecimento ante a sociedade. Compreende-se assim que a Medicina universitária medieval concedia competências não somente para o exercício do ofício médico, mas também para outras atividades ligadas principalmente ao poder régio. Conseqüentemente, a experiência obtida nos anos dedicados ao ensino e à prática médica concedeu a Arnaldo de Vilanova prestígio, projeção social e respeito como intelectual, possibilitando-lhe atuar como agente na diplomacia aragonesa.

Foi a atuação como médico que possibilitou ao intelectual Arnaldo de Vilanova tornar-se físico da família real em Aragão e, posteriormente, assumir o papel de mestre na instituição onde, antes, havia estudado. Assim, mesmo sendo *magister medicinae*, estava em

frequente circulação por vários centros de saber e de poder de sua época, cuidando da saúde de reis e de sumo pontífices e atuando como embaixador do reino de Aragão. Portanto, compreende-se dentre os motivos para a escolha do físico catalão para atuar como embaixador aragonês, os saberes adquiridos com a formação universitária, a eloquência, a lealdade, ser bom com as palavras, ter domínio na arte da retórica, sua presença em várias cortes régias e também na Cúria Pontifícia e as relações que mantinha com a Coroa Aragonesa desde o 1281 como físico da família real no reinado de Pedro III.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

CARTAS RÉGIAS – ALMERIA. In: MCVAUGH, M. R. **Arnaldi de Villanova Opera**

**Medica Omnia**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1998, p. 75 – 128.

CARTAS RÉGIAS. In: FINKE, Heinrich. **Acta Aragonensia**. Vol. II. Berlim, 1908, p. 871-898.

CARTAS RÉGIAS. In: CONDE E DELGADO DE MOLINA, Rafael. Apéndice documental. **De Barcelona a Anagni para hablar com o papa**. Las cuentas de la Embajada del Rey de Aragón a la corte de Bonifácio VIII (1295). Zaragoza: Institución Fernando El Católico, 2011, p. 194-205.

CORRESPONDÊNCIA OFICIAL DA COROA DE ARAGÃO – **Fundación del Archivo de la Corona de Aragón**. ARQUIVO DA COROA DE ARAGÃO, Real Patrimonio, Maestre Racional, vol. 627, f. 137v-138r.

JERÓNIMO ZURITA. *Anales del reyno de Aragón*. Edición de Ángel Canellas López. Zaragoza: Diputación provincial de Zaragoza, 1978 – 1980.

RAMÓN MUTANER. *Crônica*. Texto original e tradução de Antonio de Borafull. Barcelona: Imprenta de Jaime Jepús, 1860.

### BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Néri de Barros. Apresentação: um mediterrâneo Medieval. In: ALMEIDA, Néri de Barros; DELLA TORRE, Robson. (Orgs.). **O Mediterrâneo Medieval Reconsiderado**. Campinas, SP: UNICAMP, 2019, pp. 07-14.

BABO MARINHO, Duarte Maria Monteiro de. A diplomacia e os diplomatas na baixa Idade Média portuguesa (1431-1475), **Medievalista** [Online], 27, 2020, pp. 1- 32.

BECEIRO PITA, Isabel. Embajadas, viajes y relaciones culturales en el mundo ibérico (1370 – 1460). In: DE LA IGLESIA DUARTE, José Ignacio (Org.). **Viajar en la Edad Media**. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2009, pp. 193-228.



- CONDE E DELGADO DE MOLINA, Rafael. **De Barcelona a Anagni para hablar con el papa**. Las cuentas de la Embajada del Rey de Aragón a la corte de Bonifácio VIII (1295). Zaragoza: Institución Fernando El Católico, 2011.
- FALBEL, Nachman. **Arnaldo de Vilanova**: doutrina reformista e concepção escatológica. São Paulo: Humanitas, 2018.
- GIRALT, Sebastià. El autor del Contra Calculum y de otros tres tratados médicos: Arnau de Vilanova o Galvano da Levanto? *Sudhoffs Archiv*, vol 8, 2003, pp. 32 – 68.
- LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.
- LIMA, Douglas Mota Xavier de. **A diplomacia portuguesa no reinado de D. Afonso V (1448-1481)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.
- MATILLA, Enrique Rodríguez-Picavea. **La Corona de Aragón em la Edad Media**. Madrid: AKAL, 2006.
- MONTALVO, José Hinojosa. **Jaime II e el esplendor de la Corona de Aragón**. San Sebastián: Nerea, 2006.
- MONTES, Néstor Vigil. Diplomacia y diplomática: un análisis de las fuentes documentales de la diplomacia bajomedieval. In: MONTES, Néstor V. (Org.). **Comunicación política y diplomacia en la Baja Edad Media**. Évora: Publicações do Cidehus, 2019, pp. 1-36.
- PANIAGUA, Juan A. El Maestro Arnau de Vilanova, Médico. In: **Studia Arnaldiana**: trabajos en torno a la obra médica de Arnau de Vilanova, c. 1240 – 1311. Barcelona: Fundación Uriach, 1994, pp. 49 – 143.
- SANCHEZ-ALBORNOZ, Claudio. El sitio de Almeria por Jaime II de Aragon. In: *La España Musulmana*: según los autores islamitas y cristianos medievales. Madrid: Espasa-Calpe, 1960, p. 386-401.
- SERRANO, César Oliveira. Servicio al rey y diplomacia Castellana: Don Juan Manuel de Villena (+1462). **Anuario de Estudios Medievales**, vol. 25, n. 2 (1995), pp. 463-488.
- VALLVÉ, Carmen María Marungán. El sitio de Almeria de 1309: el desarrollo de la campaña militar. **Coloquio Almeria entre culturas (siglos XIII – XVI)**. Almeria: Instituto de Estudios Almerienses de la Disputación de Almeria, 1990, p. 171-186.
- VERGER, Jacques. **Homens e saber na Idade Média**. São Paulo: EDUSC, 1999.
- VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar. La formación de los diplomáticos en la Castilla Bajomedieval. **Stud. hist.**, H.<sup>a</sup> mediev., 36(2), 2018, pp. 117-146.
- ZIEGLER, Joseph. **Medicine and religion, c. 1300**: The case of Arnau de Vilanova. New York, Oxford: The Clarendon Press, 1998.

**RECEBIDO EM: 31/07/2022**  
**PARECER DADO EM: 22/08/2022**